



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM

Requerimento de Audiência Pública

(Do Srs. Deputados Marcon e Padre João)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o conflito fundiário urbano que envolve a situação de violação e ameaça a direitos humanos de cerca de oito mil famílias das comunidades Rosa Leão, Esperança e Vitória, na região da Izidora, em Belo Horizonte.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 24, inciso III, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o conflito fundiário urbano que envolve a situação de violação e ameaça a direitos humanos de cerca de oito mil famílias das comunidades Rosa Leão, Esperança e Vitória, na região da Izidora, em Belo Horizonte/MG. Indicamos para debater o tema:

1. Charlene Cristiane Egídio – Representante das Ocupações da Izidora;
2. Isabella Gonçalves Miranda – Brigadas Populares;
3. Frei Gilvander Moreira – Comissão Pastoral da Terra;
4. Leonardo Péricles – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB);
5. Claudio Vinicius Pereira Leite - Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6. Francisco Brasil - Construtora Direcional;
7. Ricardo Gouvêa - Consultor Nacional da Presidência da Caixa Econômica Federal;
8. Márcia Kumer - Coordenadora-Geral de movimentos urbanos da Secretaria-Geral da Presidência da República;
9. Inês Magalhães - Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades;
10. Representante do Ministério Público de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

A região da Izidora, em Belo Horizonte, é palco, há quase dois anos, de um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil. De um lado, os direitos à moradia e à cidade de cerca de 8 mil famílias que constroem, desde Maio de 2013, as Comunidades Esperança, Rosa Leão e Vitória, ocupando uma enorme área que não cumpria sua função social. Do outro lado, a Operação Urbana do Isidoro e os interesses econômicos de empresas como a Construtora Direcional.

A Coordenação das três ocupações e os movimentos sociais integrantes da sua coordenação compartilhada – Brigadas Populares, MLB e Comissão Pastoral da Terra – têm se empenhado na busca por uma solução dialogada e negociada para a questão. A Mesa de Negociação com as Ocupações Urbanas e do Campo, criada pelo governo de Minas Gerais, ainda não chegou a uma saída capaz de equacionar o conflito em termos justos. No momento, as Comunidades elaboraram uma segunda Contraproposta, em resposta à segunda proposta apresentada pela Construtora Direcional em conjunto com o Governo de MG e a Prefeitura de Belo Horizonte.

A Câmara dos Deputados, particularmente a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, também tem a responsabilidade de promover a busca por uma solução justa e pacífica para um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil. A audiência pública poderia contribuir para essa necessidade urgente de se superar o risco iminente de reintegração de posse das três ocupações pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e o impacto do conflito sociofundiário na vida e na segurança das milhares de famílias moradoras das ocupações da Izidora, inclusive crianças e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

adolescentes em idade escolar.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos ilustres pares para que seja acolhido o presente requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2015.

MARCON

Deputado Federal (PT/RS)

PADRE JOÃO

Deputado Federal (PT/MG)